



EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

1 – PREÂMBULO

PROCESSO Nº 2838/19

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBJETO: Eventual e futura aquisição de materiais de construção em geral, com a finalidade de atender toda a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI.

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

Regime de Execução: Indireta

CREDENCIAMENTO, ABERTURA ENVELOPE PROPOSTA E FASE DE LANCES (JULGAMENTO):

Dia: 17/09/2019, às 09h30min

LOCAL: na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, localizada à Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, 4º andar – Centro – Bom Jardim/RJ.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3931/01, bem como no Decreto Municipal 2156/10, de 14 de janeiro de 2010, Lei complementar Municipal nº 135 de 19 de outubro de 2011 com alterações na Lei Complementar Federal 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666 /93 e suas alterações.

Os interessados em participar da presente licitação deverão entregar, diretamente na CPLC os envelopes fechados e indevassáveis.

Não haverá prazo de tolerância para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preços).

2 - DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto desta Licitação o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de materiais de construção em geral, com a finalidade de atender toda a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI, conforme condições e especificações contidas na Planilha de quantitativos e Preços Unitários – Anexo I do Termo de Referência do presente Edital.

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, DO FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

3.1 – O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, terminando no prazo de 12 meses.

3.2 – Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato elaborado pela Procuradoria Jurídica Municipal, a Empresa vencedora do certame deverá aguardar a solicitação do Setor requisitante, tendo o prazo de 7 dias úteis contados do recebimento da solicitação para efetuar a entrega do item solicitado.

3.3 – A entrega do produto deverá ser realizada de forma parcelada de acordo com a solicitação do Setor Requisitante na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 15h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

3.4 – DETALHAMENTO DO OBJETO:

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND/ MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA
01	Cimento 50kg	SACO	600	2200
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	20	80
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	20	80
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	20	80
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	20	80
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	20	80
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	20	80
08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	20	80
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	20	80
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	10	30
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	30	80
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	10	50
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	30	100
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	30	100
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	10	20
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	30	80
17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	150	350
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável150mm x 6m	UND	150	600
19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	30	70
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	50	170
21	Vara Vergalhão 1/4 – 6.30mm	UND	70	300
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	70	180
23	Vara Vergalhão 3/8 – 10mm	UND	80	300
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	70	300
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	70	300
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	100	200
27	Serrinha metal tamanho único	UND	13	50
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	10	150
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	50	150
30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	100	400
31	Arame queimado 01KG	ROLO	10	50
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	01	10
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	01	10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	01	10
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	07	15
36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	07	15
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegada padrão	UND	05	30
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	05	30
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	05	30
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	05	20
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	10	200
42	Lixa de ferro 120	UND	10	150
43	Lixa de ferro 50	UND	10	150
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
49	água raz solvente/diluente 01 litro	LITRO	10 1	100 1
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	15	130
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	15	130
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	15	130
53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	10	70
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	20	100
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	5	15
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	10	20
57	Ponteiro de aço para pedreiro padrão	UND	5	10
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	3	7
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	3	7
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	3	7
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	30	150
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	5	20
63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	5	20
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	5	20
65	Interruptor simples padrão	UND	5	50
66	Interruptor duplo padrão	UND	5	50
67	Tomada simples padrão	UND	5	50



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

68	Tomada dupla padrão	UND	5	50
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	5	100
70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	5	15
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	5	40
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	1	3
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	1	4
74	Parafusadeira de impacto, bivolts, com acessórios.	UND	1	3
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	10	50
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	10	100
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	10	100
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	10	200
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	10	50
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	10	80
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	10	50
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	10	100
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	10	30
84	Reducao PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	10	30
85	Reducao de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	10	50
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	10	100
87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	10	50
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	10	50
94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	20	200
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	20	200
96	Nyllon para R oçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	02	15
97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	10	300
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	50	150
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	50	150



4 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

4.1 – São obrigações da **CONTRATADA**, sem que a elas se limitem:

- a) Fornecer todo o objeto solicitado em conformidade com os prazos determinados, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.
- b) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- d) Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal no que se refere à aquisição para tal fornecimento.
- e) Responsabilizar-se para que os produtos solicitados sejam entregues na secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura ou em local determinado pela SMOI.
- f) Arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega e qualidade dos materiais objeto desta licitação;
- g) Entregar os produtos em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade ou quaisquer danos visíveis. Caso seja constatado quaisquer alteração acima o contratante tem autonomia para devolução imediata do produto.
- h) Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como, impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, etc.
- i) Apresentar preços que reflitam os de mercado no momento;
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes da aquisição no que couber, tais como locação de imóvel, alimentação, acomodações, seguros, limpeza, vigilância, manutenção, etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, inclusive seguro contra acidentes no trabalho, assim como ferramental e equipamentos de segurança.

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1 – Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

5.2 – Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;

5.3 – Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;

5.4 – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, na forma convencionada neste Edital;

5.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento;

4.6 – Verificar a regularidade fiscal da **CONTRATADA** antes de efetuar o pagamento.



5.7 – Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 – As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados e lacrados, respectivamente, a “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO” contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

6.2 – Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação.

6.3 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, salvo as que tiverem seu plano de recuperação homologado, bem como empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos, com suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município e/ou ente da Federação, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.3.1 – Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

6.3.2 – Não será admitida a participação de licitantes já incursos na pena do inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

6.4 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, fundações ou autarquias, ou o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data deste Edital, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 – Não será permitida a participação em consórcio.

6.6 – Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo item.

6.8 – A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

7 – DO PREÇO UNITÁRIO E DOS VALORES TOTAIS MÁXIMOS ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

7.1 – O preço estimado pela administração para aquisição dos itens é de **R\$ 550.380,10** (*quinhentos e cinquenta mil, trezentos e oitenta reais e dez centavos*), conforme valores constantes no Termo de Referência.

7.2 – O valor estimado constitui mera estimativa, não se obrigando a Prefeitura Municipal de Bom Jardim a utilizá-lo integralmente.



8 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O registro de preços será formalizado por intermédio da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ANEXO III, nas condições previstas neste edital.

9 – DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

9.1 – Durante a vigência da ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, considerando o prazo de duração do contrato igual ou inferior a um ano, aplicando-se, no que couber, as Leis nº. 9.069 de 29 de junho de 1995, e 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

9.2 – Objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, os preços registrados poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, apenas em situações que sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos moldes da alínea “d” do inciso I, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

9.3 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação acima prevista, a Administração, se julgar conveniente, baseado no interesse público, poderá optar para cancelar a Ata de Registro de Preços.

9.4 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO III.

9.5 – Caso julgue-se necessário e em consonância com a legislação vigente, os reajustes tomarão como base os índices do IGPM.

10 – DO CREDENCIAMENTO

10.1 – A licitante far-se-á apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro por um representante, devidamente munido de documento, original de Carteira de Identidade ou equivalente, que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes exibir o Contrato Social da Empresa (autenticado ou original).

10.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular **com poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.** (Carta de Credenciamento – Anexo V). Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar somente cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ficando neste caso, dispensado da Carta de Credenciamento.

10.3 - A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos acima citados a declaração de Fatos Impeditivos (modelo no anexo IV) e Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (modelo no anexo VIII), todos fora do envelope.

10.4 – As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações.



10.5 – As empresas que participarem da presente licitação, será permitido apenas (01) um representante legal que será o único admitido a intervir em nome da mesma.

10.6 – É vedado a um mesmo procurador, representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento das licitantes envolvidas no procedimento licitatório.

10.7 – A ausência do credenciamento implicará na impossibilidade de formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, ficando o representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 – **As Propostas de Preços serão aceitas em formulário fornecido pelo licitado, ANEXO II** e deverá ser apresentada em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho.

11.1.1 – **Na hipótese da Licitante apresentar formulário próprio**, este deverá ser idêntico ao fornecido pelo Licitado, ser feito com o timbre da Empresa, em 01 (uma) via, datilografada ou manuscrita, com carimbo do CNPJ da firma licitante (em todas as folhas) e rubricadas (em todas as folhas), datada e assinada pelo representante legal da licitante e ainda, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas e deverá estar dentro de envelope indevassável e lacrado no fecho, sendo certo que qualquer divergência entre o formulário próprio e o Edital/ Termo referência/ Formulário fornecido pelo licitado, **PREVALECERÀ** todas as informações contida no edital e anexos, contendo na sua parte externa o título.

11.1.2 – **A licitante deverá apresentar a proposta em meio digital, conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim – RJ, sob pena de desclassificação.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM.
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE
PREÇOS Nº 115/19
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

11.2 – Na apresentação da proposta deverão ser observados os seguintes requisitos:

11.3 – Atender a todos os itens e condições constantes deste Edital e seus anexos, contendo especificações de forma clara e detalhada do objeto a ser fornecido em conformidade com o Anexo I deste Edital.

11.3.1 – Para os equipamentos, itens 72, 73 e 74, é necessária a apresentação de portfólio dos produtos.

11.4 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de menor preço por item, sob pena de desclassificação.

11.5 – O prazo de validade da Proposta será de 12 (doze) meses, contados da data da abertura, independentemente de declaração expressa neste sentido.

11.6 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente no país, todos em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais para os centavos, pelo qual a licitante se propõe a fornecer o objeto.



11.7 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a Proposta apresentada, seja quanto ao preço, forma de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

11.8 – Serão admitidas no conjunto das propostas quaisquer informações complementares que visem esclarecer eventuais omissões e dúvidas pertinentes ao objeto do certame, ou à situação do proponente, cujo conteúdo será dirimido pelo Pregoeiro, podendo considerá-las ou não, conforme a importância.

11.9 – Serão desclassificadas as Propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital.

11.10 – Para efeito de julgamento da presente Licitação, a Comissão de Licitação se orientará pelos seguintes critérios:

11.11 – Não serão consideradas as propostas que não atenderem todos os critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.12 – Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**;

11.12.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis e *preços unitários superiores ao estimado pela administração*, bem como a proposta das empresas que não apresentarem portfólio dos itens 72, 73 e 74 terão os itens citados desclassificados.

12 – HABILITAÇÃO

12.1 – O envelope contendo a documentação de **HABILITAÇÃO** deverá ser indevassável, lacrado e rubricado no fecho, contendo a sua parte externa o Título.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
ENVELOPE 002 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 115/19
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

12.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.2.1 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

12.2.2 - No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

12.2.3 – Cédula de identidade dos sócios e/ou Diretores;

12.2.4 - Para empresa individual: registro comercial.

12.2.5 - Declaração de Idoneidade (conforme o anexo IX)

12.2.6 - Declaração de Cumprir o Art. 7º, XXXIII, da C.F. (conforme o anexo VI)



12.2.7 - Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – Promotoria de Justiça de Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005, em se tratando de Fundações.

12.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

12.3.1 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.2 - Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

12.3.3 - Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);

12.3.4 - Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.3.5 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

12.3.6 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais (ICMS);

12.3.6.1- Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, caso tenha sede no Estado do Rio de Janeiro.

12.3.7 - Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

12.3.8 - Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3.9 - Microempresas e empresas de pequeno porte

12.3.9.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.3.9.3 - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.4.1 - Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial. Expedida há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação;



12.4.1.1 – A licitante, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e Recuperação Judicial.

12.4.2 – No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou Recuperação Judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

12.4.3 – Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

12.4.4 - Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, , bem como declarações, conforme orientação do TCE, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de (três) meses da data de apresentação da proposta. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

12.4.5 - Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

12.4.6 - As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

12.4.7 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou

d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

12.4.8 - Os documentos relativos ao subitem 12.4.4 ao 12.4.7 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional do Contador.

12.4.9 - A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:



Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos: **LC maior ou igual a 1(um)**

12.5 - As cópias dos documentos deverão ser autenticadas em cartório e/ou apresentados os originais para que suas cópias sejam autenticadas pelo Pregoeiro.

12.6 - As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

12.7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.7.1 – A Licitante deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por seu representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, comprovando que a empresa está apta para o fornecimento do bem em características pertinentes e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

12.8 – DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

12.8.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar fora de qualquer dos envelopes, além de todos os documentos previstos no item 12 deste edital:

12.8.2 - Em se tratando de ser a licitante, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Micro empreendedor Individual, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar nº 123/2006, deverá se qualificar como tal, entregando, fora do envelope, ao Pregoeiro, ainda na fase de credenciamento, Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou Micro Empreendedor Individual, e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei (**ANEXO VI**).

12.9 - A microempresa, micro empreendedor individual e a empresa de pequeno porte, que atender aos requisitos exigidos pela LC 123/06, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 12.3. deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

12.9.1 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

12.9.2 - O prazo de que trata o item 12.9 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.10 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 12.3.9.2 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



12.11 - A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio. A Autenticidade do documento poderá ainda, ser verificada, pela Equipe de Apoio, através de consulta via Internet aos “sites” dos órgãos emitentes dos documentos.

12.12 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

12.13 - Serão inabilitadas as empresas que não satisfizerem as exigências estabelecidas para a habilitação.

12.14 - As firmas já **cadastradas** na Prefeitura Municipal de Bom jardim não ficam eximidas de apresentar dentro do envelope Habilitação todas as documentações exigidas no presente edital.

12.15 - As Certidões Negativas de Débitos (CND) Apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

13 – DO JULGAMENTO:

13.1 – No local dia e hora previstos neste edital, em sessão pública, deverão comparecer as licitantes, com a declaração mencionada no item **12 e os envelopes PROPOSTA E HABILITAÇÃO**, apresentados na forma anteriormente definida;

13.2 – O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas; sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pelo Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio;

13.3 – Após a fase de credenciamento das licitantes, na forma do disposto no **item 10**, o Pregoeiro procederá a abertura das propostas de preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a conseqüente divulgação dos preços ofertados pelas licitante classificadas;

13.4 – Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital.

13.4.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital, que apresentarem preços manifestamente inexequíveis e *preços unitários superiores ao estimado pela administração*.

13.4.2 – De acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1º, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. No caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: **a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou **b)** valor orçado pela Administração. Bem como, § 2º Dos licitantes classificados na forma do anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do



contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

13.5 – Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances o autor da proposta de menor preço por item e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço por item.

13.6 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item antecedente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13.7 – Caso duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances.

13.8 – O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes qualificadas a apresentarem os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de menor preço por item seguido dos demais, em ordem decrescente de valor;

13.9 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para redução dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão;

13.10 – Só serão aceitos lances cujos valores sejam INFERIORES ao último apresentado;

13.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último lance apresentado pela licitante para efeito de ordenação das propostas;

13.12 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas no item 21 do Edital.

13.13 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, ou quando encerrado o prazo estipulado na forma do subitem 13.9;

13.14 – Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e preço, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade, vedada a aceitação de propostas cujos preços dos itens sejam superiores aos estimados na Planilha de Quantitativos e preços – TERMO REFERÊNCIA.

13.15 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preços iguais ou até 5 % (cinco por cento) superior à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06.

13.15.1 – Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 13.15, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

13.15.2 – O disposto no subitem 13.15 somente se aplicará quando **a melhor oferta inicial** não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.16 – O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido melhor preço aceitável, devendo esta negociação se dar em público e formalizada(s) em ata;



13.17 – Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, após negociação com o Pregoeiro, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, **para confirmação das suas condições de habilitação, descrita no item 12 do Edital**, assegurado-se ao já cadastrado no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão de apreciação dos documentos;

13.18 – Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora, caso nenhum licitante manifeste a intenção de recorrer;

13.19 – Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta e o atendimento das exigências de Habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado, quando constatado o desinteresse dos demais licitantes na interposição de recursos;

13.20 – Na reunião lavrar-se-á ata, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros de equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes. A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a exigência de participante ausente naquele momento será circunstanciada em ata;

13.21 – O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação dos demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatória, sendo assegurado o prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.

14 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

14.1 – Ao final da sessão e declarada a licitante vencedora pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões por igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos autos;

14.3 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;

14.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

14.4 – A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata;

14.5 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

14.6 – Os recursos e as contrarrazões interpostos pelas licitantes deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal de Bom Jardim, localizado em endereço constante no presente Edital, no horário das 9:00 às 12:00 horas e 13:00 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados domingos e feriados;

14.7 – Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar ou enviar para a Autoridade Competente, que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decidirá de forma fundamentada;



14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório;

14.9 – Dos atos da Administração, após a Adjudicação, decorrentes da aplicação da Lei no 8.666/93, caberá:

I – recurso, dirigido à Autoridade Competente, por intermédio do Pregoeiro, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser protocolizado no endereço referido no subitem 14.6 deste Edital, nos casos de:

- a) anulação ou revogação da licitação;
- b) rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei no 8.666/93;
- c) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.

II – representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III – pedido de reconsideração de decisão da Autoridade Competente, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

14.10 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informado àquela autoridade. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (§ 4º do artigo 109 da Lei no 8.666/93).

14.11 – Interposto, o recurso será aberto prazo aos demais licitantes, que poderão impugná-lo em até 5 (cinco) dias úteis.

14.12 – A intimação dos atos referidos no inciso I do subitem 14.9, excluindo-se as penas de advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação no órgão oficial do Município.

15 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, será formalizada a ata, conforme ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ANEXO III, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com validade de doze meses, a partir de sua assinatura.

15.2 – A Prefeitura Municipal de Bom Jardim convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da nota de empenho. A convocação far-se-á através de ofício, dentro do prazo de validade de sua proposta, aplicando-se as disposições do artigo 64 da Lei 8.666/93.

15.3 – O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro e sua Equipe.

15.4 – Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.



15.5 – Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa.

15.6 – A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e facultando a Comissão de Licitação e compras convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

15.7 – É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

15.8 – Quando do comparecimento da empresa para assinatura da Ata deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pela assinatura e o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

15.9 – A ata firmada com o licitante vencedor poderá ser alterada nos termos do artigo 57, 58 e 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

16 – CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

16.2 – O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.3 - Caso o convocado não assine o termo de contrato ou não aceite ou retire no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

16.4 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

16.6 - Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

17 - DA EMISSÃO DOS PEDIDOS

17.1 - A Prefeitura Municipal de Bom Jardim, respeitada a ordem de registro, selecionará os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos de fornecimento.

17.2 - O fornecedor convocado que não cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços estará sujeito às sanções previstas no Termo Referência/Edital. Neste caso, o setor requisitante convocará, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP.



18 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

18.2 - O cancelamento de seu registro poderá ser:

18.2.1 - a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

18.2.2 - por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CPLC, sem justificativa aceitável;

18.2.3 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

18.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

19 - DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

19.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

19.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

19.1.3 - pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

20 - PENALIDADES

20.1 - Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar injustificadamente a proceder à entrega, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar os documentos exigidos neste Edital ou apresentar documentação falsa, ensejará o retardamento da execução do objeto do certame. O mesmo ocorre se não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa. A sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis;

20.2 - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Bom Jardim - RJ, por prazo não superior a 02 (dois) anos.



21 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL:

21.1 – Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

21.2 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

21.3 – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

21.3.1 – As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
- b) Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

21.4 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s):

III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

- a) Pelo atraso na entrega dos materiais: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- b) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- e) O atraso na entrega dos materiais por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;



21.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;

21.6 – Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os materiais, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;

21.7 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

21.8 – Para as penalidades previstas nos subitens 21.1 ao 21.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;

21.9 – As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;

21.10 – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

- a) Razões de interesse público
- b) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave a Juízo do Município;
- d) Falência ou insolvência;
- e) Inexecução total ou parcial do contrato;
- f) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- g) Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- h) Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- j) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

22- DO PAGAMENTO

22.1 – O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

22.2 – A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal com a quantificação e especificação do produto, seu preço unitário e o preço total, e a apresentará à Secretaria que os emitiu para conferência de dados, então seguirá o trâmite para efetivação do pagamento.

22.3 – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.



22.4 – Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.

22.5 – Fica vedada à CONTRATADA a cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

22.6 – Juntamente com a Nota Fiscal, a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :

22.6.1 - Certidão de Regularidade com INSS - Certidão Unificada

22.6.2 - Certidão de Regularidade com FGTS

22.6.3 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

22.6.4 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado;

22.6.5 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante

22.6.6 - Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI – 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: [HTTP://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

23 - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

23.1 – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Edital caberão aos Seguintes fiscalizadores:

23.1.1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Mat. 10/3558 – SMOI

23.1.2 – O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

23.1.3 – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo Administrativo.

23.1.4 – As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

24 – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

24.1 – Por se tratar de eventual e futura aquisição dos materiais, seu cronograma de desembolso resume-se ao pagamento integral após a entrega, sem parcelamento.

	MÊS	
ETAPA	1º	2º
Entrega do objeto	X	
Pagamento		X



25 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1 – De acordo com o Art.73 da Lei nº. 8666/93 Inciso II; alíneas A e B, a seguir elencado:

“Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

A) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

B) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

26 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

26.1 – Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irrevogáveis, salvo os casos previstos em Lei.

26.2 – Em caso de reajuste, o valor será corrigido pelo índice de inflação tomando como base IGPM.

27 – DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

27.1 – O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá a data da efetiva entrega dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Fundamento legal: Art. 40, XIV, “c” e 55, III da Lei 8.666/93, obedecendo o IGPM.

28 – DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

28.1 – Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, “d” da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.

29 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO

29.1 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada e justificada e devidamente comprovada pelo licitante vencedor, o que se aceite pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

30 – DAS CONDIÇÕES PARA SEGURO

30.1 – A aquisição do objeto deste Edital não necessita de seguro.



31 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

31.1 – Qualquer empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço: Praça Governador Roberto Silveira, 44, Centro, Bom Jardim - RJ, deste edital, cabendo ao Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura decidir sobre a petição até o prazo de 03 (três) dias úteis, conforme Portaria Municipal nº 425/17, de 16 de novembro de 2017.

31.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

32 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

32.1 – É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

32.1.1 – O Pregoeiro poderá a qualquer momento convocar funcionário competente da Prefeitura para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas empresas.

32.2 – Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Bom Jardim responsabilidade por qualquer custo, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.3 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.4 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

32.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação diversa por parte do Pregoeiro.

32.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

32.7 – O desatendimento à exigências formais não essenciais e sanáveis não importará na exclusão do licitante, desde que seja possível a exata compreensão da sua proposta e a aferição da sua habilitação durante a realização da sessão pública de pregão.

32.8 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, em comprometimento da segurança do futuro contrato.

32.9 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.10 – As disposições estabelecidas neste edital poderão ser alteradas, observadas as disposições do Parágrafo 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.



32.11 – O recebimento dos envelopes não gera nenhum direito para o licitante perante o Município.

32.12 – Fica assegurado ao Município de Bom Jardim, sem que caiba aos licitantes indenizações:

- a- Adiar a data da abertura da presente licitação, dando disso conhecimento aos interessados, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas;
- b- Revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, dando disso ciência aos interessados, anular a presente licitação, dando disso ciência aos interessados.

32.13- Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

32.14 – A participação das empresas interessadas nesta licitação implicará no total conhecimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria, ficando consignado que na hipótese de ocorrência de casos omissos, estes serão solucionados à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520, no Decreto Municipal nº 1.393/05 e no Decreto Municipal nº 2156/10, e demais normas pertinentes.

32.15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

32.15.1 – A despesa decorrente deste objeto correrá à conta do orçamento do Exercício de 2019.

32.15.2 – Os créditos pelos quais as despesas relativas à presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentária.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
170	0600.1545200332.047	3390.30.00
171	0600.1545200332.047	3390.30.00

32.16- Qualquer pedido de esclarecimento em relação e eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverão ser encaminhadas para os e-mails: licitacao.bomjardim@gmail.com, ou ainda, feitas pessoalmente o Pregoeiro, no horário de 9:00 às 12:00 horas e 13h00min. às 17h00min. horas, na Praça Governador Roberto Silveira nº 44 , 4º andar Centro, Bom Jardim- RJ onde poderá ser retirada cópia integral do Edital e seus anexos, tel (22) 2566-2916 e 2566-2316.

32.17 – O Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado a presente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras) e no Setor Requisitante, situado na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 h e de 13 às 16 horas.

33- ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

33.1 - ANEXO I –Termo Referência

33.3 - ANEXO II – Proposta de Preços

32.4 - ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

- 33.5- ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos
- 33.6- ANEXO V – Modelo de Carta de Credenciamento
- 33.7- ANEXO VI – Modelo de Declaração relativa a trabalho de menores
- 33.8- ANEXO VII – Modelo Declaração ME ou EPP
- 33.9- ANEXO VIII – Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação
- 33.10 – ANEXO IX – Declaração de Idoneidade.
- 33.11 – ANEXO X – Minuta de Contrato

Bom Jardim, 03 de setembro de 2019.

Vicente de Paula Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. – JUSTIFICATIVA

JUSTIFICAMOS A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL devido a grande demanda de processos administrativos recebidos por esta Secretaria, tendo em vista a necessidade de continuidade da prestação de serviços básicos e considerando o bem estar social da população bom-jardinese, assim como a continuidade dos trabalhos de reparo e confecção de calçadas, bueiros, guarda-corpos, esgotamento sanitário, bem como a pintura e reforma de prédios municipais e reestruturação municipal.

Considerando ainda os trabalhos que esta Secretaria Municipal de Obras e infraestrutura pode realizar na confecção de pequenos espaços arborizados, praças e afins, visando um melhor impacto visual de todo o município.

2 – OBJETO:

Constitui o presente objeto a **EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL**;

2.1 DETALHAMENTO DO OBJETO:

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND/ MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA
01	Cimento 50kg	SACO	600	2200
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	20	80
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	20	80
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	20	80
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	20	80
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	20	80
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	20	80
08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	20	80
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	20	80
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	10	30
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	30	80
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	10	50
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	30	100
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	30	100
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	10	20
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	30	80
17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	150	350
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 150mm x 6m	UND	150	600



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	30	70
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	50	170
21	Vara Vergalhão 1/4 – 6.30mm	UND	70	300
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	70	180
23	Vara Vergalhão 3/8 – 10mm	UND	80	300
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	70	300
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	70	300
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	100	200
27	Serrinha metal tamanho único	UND	13	50
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	10	150
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	50	150
30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	100	400
31	Arame queimado 01KG	ROLO	10	50
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	01	10
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	01	10
34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	01	10
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	07	15
36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	07	15
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegada padrão	UND	05	30
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	05	30
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	05	30
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	05	20
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	10	200
42	Lixa de ferro 120	UND	10	150
43	Lixa de ferro 50	UND	10	150
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
49	agua raz solvente/diluyente 01 litro	LITRO	10 l	100 l
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	15	130
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	15	130
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	15	130



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	10	70
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	20	100
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	5	15
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	10	20
57	Ponteiro de aço para pedreiro padrão	UND	5	10
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	3	7
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	3	7
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	3	7
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	30	150
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	5	20
63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	5	20
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	5	20
65	Interruptor simples padrão	UND	5	50
66	Interruptor duplo padrão	UND	5	50
67	Tomada simples padrão	UND	5	50
68	Tomada dupla padrão	UND	5	50
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	5	100
70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	5	15
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	5	40
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	1	3
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	1	4
74	Parafusadeira de impacto, bivolts, com acessórios.	UND	1	3
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	10	50
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	10	100
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	10	100
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	10	200
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	10	50
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	10	80
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	10	50
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	10	100
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	10	30
84	Reducao PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	10	30
85	Reducao de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	10	50
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	10	100



87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	10	50
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	10	50
94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	20	200
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	20	200
96	Nylon para R oçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	02	15
97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	10	300
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	50	150
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	50	150

2.2 – Cabe ressaltar que a inclusão dos seguintes itens possuem as justificativas apontadas a seguir:

2.2.1 – Itens 90, 91, 92, 93, 98 e 99 – Fio Flexível de 1,0 M, 1,5 M, 6 M, cabo elétrico cobre, fita isolante e Lâmpadas, se diferem dos fios adquiridos no Processo de Aquisição de Materiais de Iluminação, pois o material neste presente processo será usado para manutenção dos locais de patrimônio do Município, como escolas, prédios públicos, e não em via pública como o objeto do Proc. nº 1566/19.

3.0 – PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DE MATERIAL

3.1 – Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato elaborado pela Procuradoria Jurídica Municipal, a Empresa vencedora do certame deverá aguardar a solicitação do Setor requisitante, tendo o prazo de 7 dias úteis contados do recebimento da solicitação para efetuar a entrega do item solicitado.

3.2 – A entrega do produto deverá ser realizada de forma parcelada de acordo com a solicitação do Setor Requisitante, na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 15h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

4.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

4.1 – São obrigações da **CONTRATADA** , sem que a elas se limitem:

- Fornecer todo o objeto solicitado em conformidade com os prazos determinados, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.
- Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;



- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- d) Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal no que se refere à aquisição para tal fornecimento.
- e) Responsabilizar-se para que os produtos solicitados sejam entregues na secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura ou em local determinado pela SMOI.
- f) Arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega e qualidade dos materiais objeto desta licitação;
- g) Entregar os produtos em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade ou quaisquer danos visíveis. Caso seja constatado quaisquer alteração acima o contratante tem autonomia para devolução imediata do produto.
- h) Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como, impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, etc.
- i) Apresentar preços que reflitam os de mercado no momento;
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes da aquisição no que couber, tais como locação de imóvel, alimentação, acomodações, seguros, limpeza, vigilância, manutenção, etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, inclusive seguro contra acidentes no trabalho, assim como ferramental e equipamentos de segurança.

4.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.2.1 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

4.2.2 – Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;

4.2.3 – Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;

4.2.4 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma convencionada neste Termo de Referência;

4.2.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento;

4.2.6 – Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

4.2.7 – Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

5 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III)

5.1 – O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.



5.2 – A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal com a quantificação e especificação do produto, seu preço unitário e o preço total, e a apresentará à Secretaria que os emitiu para conferência de dados, então seguirá o trâmite para efetivação do pagamento.

5.3 – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4 – Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.

5.5 – Fica vedada à CONTRATADA a cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

5.6 – Juntamente com a Nota Fiscal, a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :

5.6.1 - Certidão de Regularidade com INSS - Certidão Unificada

5.6.2 - Certidão de Regularidade com FGTS

5.6.3 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

5.6.4 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado;

5.6.5 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante

5.6.6 - Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI – 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: [HTTP://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br))

6.0 – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

6.1 – Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.2 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

6.3 – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

6.3.1 – As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;



- b) Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

6.4 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s):

III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

- a) Pelo atraso na entrega dos materiais: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- b) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- e) O atraso na entrega dos materiais por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;

6.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;

6.6 – Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os materiais, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;

6.7 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

6.8 – Para as penalidades previstas nos subitens 6.1 ao 6.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;

6.9 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;

6.10 – Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

- a) Razões de interesse público



- b) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave a Juízo do Município;
- d) Falência ou insolvência;
- e) Inexecução total ou parcial do contrato;
- f) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- g) Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- h) Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;
- j) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

7 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração;

7.2 – No caso de sociedades anônimas, cópia da ata da assembléia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

7.3 – Cédula de identidade;

7.4 – Para empresa individual: registro comercial.

7.5 – Declaração de Cumprir o Art. 7º, XXXIII, da C.F. (conforme o anexo)

7.6 – Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do estado do Rio de Janeiro – Promotoria de Justiça de Fundações, conforme determina a Resolução Complementar nº 15/2005, em se tratando de Fundações;

7.7 – Poderão participar no certame as empresas reunidas em consórcio, em conformidade com o art. 33 da Lei Federal 8.666/93.

8 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:

8.1 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2 – Comprovante de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ;

8.3 – Certidão de Regularidade com a Previdência Social (INSS);

8.4 – Certidão de Regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;



8.5 – Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

8.6 – Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação a tributos estaduais;

8.7 – Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado, onde houver.

8.8 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da licitante.

8.9 – Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011 – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

9 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1 – A Licitante deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, no mínimo, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado por seu representante legal ou funcionário autorizado, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, comprovando que a empresa está apta para o fornecimento do bem em características pertinentes e quantidades compatíveis com o objeto da licitação.

10 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.1 – Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial. Expedida há menos de 90 (noventa) dias, da data da realização da licitação;

10.1.1 – A licitante, deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou escritórios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências recuperação judicial.

10.1.2 – No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

10.2 – As Certidões Negativas de Débitos (CND) apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas como válidas por 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

10.3 – Não será causa de inabilitação de licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação extrajudicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado ou homologado pelo juízo competente, quando da entrega da documentação de habilitação.

10.4 - Balanço Patrimonial ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, bem como declarações, conforme orientação do TCE, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de (três) meses da data de apresentação da proposta. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.



10.5 - Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

10.6 - As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

10.7 - Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

10.8 - Os documentos relativos ao subitem 10.4 ao 10.7 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação, acompanhados da Certidão de Regularidade Profissional do Contador.

10.9 - A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos: **LC maior ou igual a 1(um).**

11 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Deve ser observado o **menor preço por item**, como critério de julgamento, na aplicação do art. 15, IV da Lei nº 8.666/93, que estabelece que “*as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade*”.

12 – TIPO DE EXECUÇÃO:

INDIRETA



13 – CRITÉRIOS DE REAJUSTE

13.1 – Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irredutíveis, salvo os casos previstos em Lei.

13.2 – Em caso de reajuste, o valor será corrigido pelo índice de inflação tomando como base IGPM.

14 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS UNITÁRIOS

Os preços unitários máximos aceitáveis são os preços unitários estimados na planilha orçamentaria, desde que não sejam manifestamente inexequíveis.

15 – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO

14.1 – Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato príncipe, configurando prejuízo econômico extraordinário e extracontratual, para restabelecer a relação que os contratantes pactuaram inicialmente entre os encargos do licitante vencedor e a retribuição do Município para o justo pagamento, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser expressamente solicitada e justificada e devidamente comprovada pelo licitante vencedor, o que se aceita pelo Município, deverá ser atendido mediante Termo Aditivo ao presente instrumento.

16 – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

16.1 – Por se tratar de eventual e futura aquisição dos materiais, seu cronograma de desembolso resume-se ao pagamento integral após a entrega, sem parcelamento.

ETAPA	MÊS	
	1º	2º
Entrega do objeto	X	
Pagamento		X

17 – DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA:

17.1 – O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, obedecerá a data da efetiva entrega dos produtos e o período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Fundamento legal: Art. 40, XIV, “c” e 55, III da Lei 8.666/93, obedecendo o IGPM.

18 - DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS E PENALIZAÇÕES:

18.1 – Obedecerá a regra contida no art. 40, XIV, “d” da Lei 8.666/93 da seguinte forma: Quando ocorrerem atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, valendo esta mesma regra para os casos de antecipação de pagamento, caso ocorra.



19 – DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 – De acordo com o Art.73 da Lei nº. 8666/93 Inciso II; alíneas A e B, a seguir elencado:

“Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

A) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

B) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

20 – DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1 – Uma vez homologado o resultado da licitação, a licitante vencedora será convocada para a assinatura do termo de contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

20.2 – O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período (cinco dias), quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

20.3 - Caso o convocado não assine o termo de contrato ou não aceite ou retire no prazo e condições estabelecidos, a administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

20.4 – Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20.5 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

20.6 - Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste projeto básico, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

21 – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

21.1 – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste Termo Referência caberão aos Seguintes fiscalizadores:

21.1.1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Mat. 10/3558 - SMOI



21.1.2 – O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;

21.1.3 – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo Administrativo.

21.1.4 – As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

22 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

22.1 – O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, terminando no prazo de 12 meses.

23 – DO SEGURO

– A aquisição do objeto deste Termo de Referência não necessita de seguro.

24 – DO LOCAL PARA EXAME E RETIRADA DO TERMO DE REFERÊNCIA:

24.1 - O presente Termo de Referência estará a disposição dos interessados em participar do certame, no Setor de Licitações do Município, atrelado ao presente processo, na Prefeitura Municipal de Bom Jardim, situada na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro – Bom Jardim (4º andar – Comissão Permanente de Licitações e Compras) e no Setor Requisitante, situado na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, das 8 às 12 h e de 13 às 16 horas.

25 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência:

- **Vicente de Paula Gonçalves Figueira**, *Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura*, Mat. 10/2454 - SMOI

26 – DO CUSTO ESTIMADO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Cimento 50kg	SACO	2200	20,20	44.440,00
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	80	42,49	3.399,20
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	80	68,60	5.488,00
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	80	55,84	4.467,20
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	80	80,27	6.421,60
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	80	7,15	572,00
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	80	52,75	4.220,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	80	7,72	617,60
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	80	48,68	3.894,40
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	30	215,03	6.450,90
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	80	25,10	2.008,00
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	50	68,87	3.443,50
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	100	16,72	1.672,00
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	100	53,90	5.390,00
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	20	340,73	6.814,60
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	80	46,30	3.704,00
17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	350	61,65	21.577,50
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável150mm x 6m	UND	600	171,56	102.936,00
19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	70	449,84	31.488,80
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	170	64,05	10.888,50
21	Vara Vergalhão 1/4 – 6.30mm	UND	300	17,70	5.310,00
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	180	154,33	27.779,40
23	Vara Vergalhão 3/8 – 10mm	UND	300	39,55	11.865,00
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	300	7,91	2.373,00
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	300	11,04	3.312,00
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	200	26,53	5.306,00
27	Serrinha metal tamanho único	UND	50	7,78	389,00
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	150	8,95	1.342,50
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	150	9,21	1.381,50
30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	400	5,40	2.160,00
31	Arame queimado 01KG	ROLO	50	12,73	636,50
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	10	38,87	388,70
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	10	39,73	397,30
34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	10	39,88	398,80
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	15	14,46	216,90



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	15	14,77	221,55
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegadas padrão	UND	30	38,50	1.155,00
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	30	27,86	835,80
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	30	35,40	1.062,00
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	20	36,82	736,40
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	200	198,41	39.682,00
42	Lixa de ferro 120	UND	150	2,66	399,00
43	Lixa de ferro 50	UND	150	3,25	487,50
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	50	12,51	625,50
45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	50	13,08	654,00
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	50	12,80	640,00
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	50	13,91	695,50
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	50	15,90	795,00
49	água raz solvente/diluyente 01 litro	LITRO	100	14,28	1.428,00
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	130	3,48	452,40
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	130	8,20	1.066,00
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	130	9,13	1.186,90
53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	70	31,25	2.187,50
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	100	5,54	554,00
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	15	19,72	295,80
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	20	23,00	460,00
57	Ponteiro de aço para pedreiro padrão	UND	10	16,48	164,80
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	7	35,75	250,25
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	7	36,43	255,01
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	7	15,59	109,13
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	150	2,00	300,00
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	20	117,58	2.351,60
63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	20	117,80	2.356,00
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	20	134,42	2.688,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

65	Interruptor simples padrão	UND	50	7,28	364,00
66	Interruptor duplo padrão	UND	50	12,22	611,00
67	Tomada simples padrão	UND	50	8,25	412,50
68	Tomada dupla padrão	UND	50	12,40	620,00
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	100	1,01	101,00
70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	15	42,96	644,40
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	40	12,93	517,20
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	3	407,20	1.221,60
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	4	412,29	1.649,16
74	Parafusadeira de impacto, bivolts, com acessórios.	UND	3	370,90	1.112,70
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	50	127,48	6.374,00
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	100	62,40	6.240,00
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	100	6,15	615,00
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	200	5,47	1.094,00
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	50	55,28	2.764,00
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	80	6,89	551,20
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	50	11,72	586,00
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	100	15,62	1.562,00
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	30	2,49	74,70
84	Reducao PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	30	5,23	156,90
85	Reducao de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	50	6,79	339,50
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	100	16,70	1.670,00
87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	50	18,97	948,50
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	30	2,22	66,60
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	30	3,88	116,40
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20	91,91	1.838,20
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20	313,76	6.275,20
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	20	650,52	13.010,40
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	50	9,10	455,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	200	235,45	47.090,00
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	200	196,25	39.250,00
96	Nylon para Roçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	15	95,20	1.428,00
97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	300	20,19	6.057,00
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	150	26,21	3.931,50
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	150	22,58	3.387,00
TOTAL ESTIMADO					550.380,10

Vicente de Paula Gonçalves Figueira
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II

Modelo de Proposta

EMPRESA:

ENDEREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÁXIMA	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Cimento 50kg	SACO	2200			
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	80			
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	80			
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	80			
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	80			
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	80			
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	80			
08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	80			
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	80			
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	30			
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	80			
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	50			
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	100			
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	100			
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	20			
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	80			
17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	350			
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 150mm x 6m	UND	600			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	70			
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	170			
21	Vara Vergalhão 1/4 - 6.30mm	UND	300			
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	180			
23	Vara Vergalhão 3/8 - 10mm	UND	300			
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	300			
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	300			
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	200			
27	Serrinha metal tamanho único	UND	50			
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	150			
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	150			
30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	400			
31	Arame queimado 01KG	ROLO	50			
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	10			
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	10			
34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	10			
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	15			
36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	15			
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegada padrão	UND	30			
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	30			
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	30			
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	20			
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	200			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

42	Lixa de ferro 120	UND	150			
43	Lixa de ferro 50	UND	150			
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	50			
45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	50			
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	50			
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	50			
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	50			
49	agua raz solvente/diluyente 01 litro	LITRO	100			
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	130			
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	130			
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	130			
53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	70			
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	100			
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	15			
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	20			
57	Ponteiro de aço para pedreiro padrão	UND	10			
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	7			
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	7			
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	7			
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	150			
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	20			
63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	20			
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	20			
65	Interruptor simples padrão	UND	50			
66	Interruptor duplo padrão	UND	50			
67	Tomada simples padrão	UND	50			
68	Tomada dupla padrão	UND	50			
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	100			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	15			
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	40			
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	3			
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	4			
74	Parafusadeira de impacto, bivolt, com acessórios.	UND	3			
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	50			
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	100			
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	100			
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	200			
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	50			
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	80			
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	50			
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	100			
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	30			
84	Reducao PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	30			
85	Reducao de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	50			
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	100			
87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	50			
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	30			
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	30			
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20			
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20			
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	20			
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	50			
94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	200			
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	200			
96	Nyllon para R oçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	15			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	300			
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	150			
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	150			
TOTAL						

Validade da Proposta: 60 dias

OBS: A empresa que deixar de apresentar o portfólio dos itens 72, 73 e 74 terá os itens citados desclassificados.

Esta proposta deverá ser preenchida e enviada à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM, devidamente assinada por responsável da firma informante, em envelope lacrado.

Bom Jardim/RJ, _____ de _____ de 2019.

Carimbo do CNPJ e assinatura do proponente



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Comissão de Licitações e Compras, registram-se os preços da Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, _____, portador da carteira de Identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____. Constitui objeto desta Licitação o Registro de eventual e futura aquisição de materiais de construção em geral, com a finalidade de atender toda a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento, decorrente do Pregão Presencial para Registro de Preços nº ____/19, Processo nº 2838/19. Integram esta Ata de Registro de Preços o Termo de Proposta Comercial- Anexo II, independente de transcrição.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura desta ata.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	EMPRESA VENCEDORA
01	Cimento 50kg	SACO	2200		
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	80		
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	80		
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	80		
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	80		
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	80		
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	80		
08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	80		
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	80		
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	30		
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	80		
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	50		
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	100		
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	100		
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	20		
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	80		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	350		
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável150mm x 6m	UND	600		
19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	70		
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	170		
21	Vara Vergalhão 1/4 – 6.30mm	UND	300		
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	180		
23	Vara Vergalhão 3/8 – 10mm	UND	300		
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	300		
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	300		
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	200		
27	Serrinha metal tamanho único	UND	50		
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	150		
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	150		
30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	400		
31	Arame queimado 01KG	ROLO	50		
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	10		
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	10		
34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	10		
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	15		
36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	15		
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegada padrão	UND	30		
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	30		
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	30		
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	20		
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	200		
42	Lixa de ferro 120	UND	150		
43	Lixa de ferro 50	UND	150		
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	50		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	50		
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	50		
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	50		
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	50		
49	agua raz solvente/diluente 01 litro	LITRO	100		
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	130		
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	130		
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	130		
53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	70		
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	100		
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	15		
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	20		
57	Ponteiro de aço para pedreiro padão	UN D	10		
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	7		
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	7		
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	7		
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	150		
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	20		
63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	20		
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	20		
65	Interruptor simples padrão	UND	50		
66	Interruptor duplo padrão	UND	50		
67	Tomada simples padrão	UND	50		
68	Tomada dupla padrão	UND	50		
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	100		
70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	15		
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	40		
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	3		
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	4		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

74	Parafusadeira de impacto, bivolts, com acessórios.	UND	3		
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	50		
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	100		
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	100		
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	200		
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	50		
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	80		
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	50		
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	100		
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	30		
84	Redução PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	30		
85	Redução de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	50		
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	100		
87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	50		
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	30		
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	30		
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20		
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	20		
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	20		
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	50		
94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	200		
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	200		
96	Nylon para R oçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	15		
97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	300		
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	150		
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	150		

1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS, DO FORNECIMENTO, DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

1.1 – O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, terminando no prazo de 12 meses.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

1.2 – Após a emissão da nota de empenho e assinatura do contrato elaborado pela Procuradoria Jurídica Municipal, a Empresa vencedora do certame deverá aguardar a solicitação do Setor requisitante, tendo o prazo de 3 dias úteis contados do recebimento da solicitação para efetuar a entrega do item solicitado.

1.3 – A entrega do produto deverá ser realizada de forma parcelada de acordo com a solicitação do Setor Requisitante na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situada na Rua Humberto Neves, s/n- Bairro Bom Destino – Bom Jardim/RJ– Tel: (22) 2566-2583, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 15h, a cargo do Servidor Lenine de Souza Poubel, Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Matr 10/3558.

1.4 – DETALHAMENTO DO OBJETO:

ÍTEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND/ MEDIDA	QTD MÍNIMA	QTD MÁXIMA
01	Cimento 50kg	SACO	600	2200
02	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 100mm	UND	20	80
03	Curva PVC Esgoto Longa 90° x 150mm	UND	20	80
04	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 100mm	UND	20	80
05	Curva PVC Esgoto Longa 45° x 150mm	UND	20	80
06	Joelho PVC Esgoto 45° x 100mm	UND	20	80
07	Joelho PVC Esgoto 45° x 150mm	UND	20	80
08	Joelho PVC Esgoto 90° x 100mm	UND	20	80
09	Joelho PVC Esgoto 90° x 150mm	UND	20	80
10	Joelho PVC Esgoto 90° x 300mm	UND	10	30
11	Redução PVC Esgoto 150mm x 100mm	UND	30	80
12	Redução PVC Esgoto 200mm x 150mm	UND	10	50
13	T PVC Esgoto 100mm	UND	30	100
14	T PVC Esgoto 150mm	UND	30	100
15	T PVC Esgoto 300mm	UND	10	20
16	T PVC Esgoto Red. 150mm x 100mm	UND	30	80
17	Tubo PVC para água fria esgoto soldável , 100mm x 6m	UND	150	350
18	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 150mm x 6m	UND	150	600
19	Tubo PVC para água fria esgoto soldável 300mm x 6m	UND	30	70
20	Vara Vergalhão 1/2 - 12.5mm	UND	50	170
21	Vara Vergalhão 1/4 – 6.30mm	UND	70	300
22	Vara Vergalhão 3/4 - 20mm	UND	70	180
23	Vara Vergalhão 3/8 – 10mm	UND	80	300
24	Vara Vergalhão 4.2	UND	70	300
25	Vara Vergalhão 5.0	UND	70	300
26	Vara Vergalhão 5/16 - 8.0mm	UND	100	200
27	Serrinha metal tamanho único	UND	13	50
28	Balde plástico de 10 litros para pedreiro	UND	10	150
29	Cal virgem ou óxido de cálcio para pintura embalagem 20 K	SACO	50	150



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

30	Clorofilito embalagem de 20KG	SACO	100	400
31	Arame queimado 01KG	ROLO	10	50
32	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho 39/40	UND	01	10
33	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 41/42	UND	01	10
34	Bota borracha com solado antiderrapante resistente tamanho diversos 43/44	UND	01	10
35	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho GG	UND	07	15
36	Luva de raspa com reforço interno, tanto na palma da mão como na face palmar dos dedos, tamanho XG	UND	07	15
37	Enxada larga forjada leve com cabo de madeira, 2 ½ polegada padrão	UND	05	30
38	Foice roçadeira com cabo de madeira padrão	UND	05	30
39	Pá de bico com cabo de madeira padrão	UND	05	30
40	Limpa ferrugem embalagem de 01 litro	LITRO	05	20
41	Galão tinta 18 litros cor branca para pintura/externa/interna	GALÃO	10	200
42	Lixa de ferro 120	UND	10	150
43	Lixa de ferro 50	UND	10	150
44	Prego 17 x 21 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
45	Prego 17 x 27 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
46	Prego 19 x 36 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
47	Prego 20 x 42 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
48	Prego 20 x 48 PACOTE DE 01KG	UND	20	50
49	agua raz solvente/diluyente 01 litro	LITRO	10 1	100 1
50	Rolo de pintura confeccionado com espuma poliéster, 5cm de densidade.	UND	15	130
51	Cabo do rolo de pintura, plástico padrão	UND	15	130
52	Pincel para pintura 2 ½” padrão	UND	15	130
53	Lamina de corte para roçadeira 350 mm	UND	10	70
54	Brocha de nylon para pintura padrão	UND	20	100
55	Trena com fita de aço – 5 metros	UND	5	15
56	Colher de pedreiro 9” com cabo de madeira	UND	10	20
57	Ponteiro de aço para pedreiro padrão	UND	5	10
58	Martelo com cabo de madeira 25 mm	UND	3	7
59	Marreta com cabo de madeira oitavada 2kg.	UND	3	7
60	Talhadeira manual de alta resistência padrão	UND	3	7
61	Fixadores para estrutura metálica	UND	30	150
62	Jogo de Aduela completa de 70	UND	5	20



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Bom Jardim

63	Jogo de Aduela completa de 90	UND	5	20
64	Fio flexível 2 e meio cabo elétrico cobre	ROLO	5	20
65	Interruptor simples padrão	UND	5	50
66	Interruptor duplo padrão	UND	5	50
67	Tomada simples padrão	UND	5	50
68	Tomada dupla padrão	UND	5	50
69	Caixa de luz 4x2 padrão	UND	5	100
70	Fechadura simples com cilindro externo	UND	5	15
71	Dobradiças 3x2 ½ cartela com 03 und	UND	5	40
72	Furadeira de impacto 450 w, 3/8 polegadas, velocidade variável, 110 v	UND	1	3
73	Serra Mármore 5 polegadas, 1450 W, 110 v.	UND	1	4
74	Parafusadeira de impacto, bivolts, com acessórios.	UND	1	3
75	Carrinho de mão, caçamba metálico, oval 45, pneu com câmara.	UND	10	50
76	Tubo PVC para água fria esgoto de 6 m, 1.1/2 polegadas, DN 50	UND	10	100
77	TÊ PVC Esgoto 50mm	UND	10	100
78	Joelho PVC Esgoto 50mm	UND	10	200
79	Tubo PVC para água fria esgoto de 6m, DN 75	UND	10	50
80	Joelho PVC Esgoto 75 mm	UND	10	80
81	Tê PVC Esgoto 75 mm	UND	10	50
82	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 20 mm	UND	10	100
83	Redução de PVC Esgoto de 50mm para 40mm	UND	10	30
84	Reducao PVC Esgoto 75mm para 50mm	UND	10	30
85	Reducao de PVC Esgoto de 100 mm para 75mm	UND	10	50
86	Tubo de PVC para água fria soldável 6m 25 mm	UND	10	100
87	Tubo de PVC para água fria esgoto 6m, DN 40	UND	10	50
88	Joelho de PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
89	Tê PVC para Esgoto de 40mm	UND	10	30
90	Fio Flexível 1,5 m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
91	Fio Flexível 6m Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
92	Fio Flexível 1m, Cabo Elétrico cobre	ROLO	5	20
93	Fita Isolante rolo 20 metros	ROLO	10	50
94	Tinta de demarcação 18 l Amarela	GALÃO	20	200
95	Tinta de demarcação 18 l Branca	GALÃO	20	200
96	Nyllon para R oçadeira, rolo com 50 metros 3,0 mm	ROLO	02	15



97	Óleo 2 tempos para uso em roçadeira 500 ml	UND	10	300
98	Lampada LED Tubular 18 W, Bivolts , Fria, Branca.	UND	50	150
99	Lampada LED Bulbo 15 W, Branca Fria., Bivolts.	UND	50	150

2 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

2.1 – São obrigações da **CONTRATADA** , sem que a elas se limitem:

- a) Fornecer todo o objeto solicitado em conformidade com os prazos determinados, devendo comunicar por escrito a fiscalização do contrato qualquer caso de força maior que justifique o atraso no fornecimento.
- b) Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- d) Garantir que todos os produtos fornecidos sejam de procedência lícita e dentro da legalidade fiscal no que se refere à aquisição para tal fornecimento.
- e) Responsabilizar-se para que os produtos solicitados sejam entregues na secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura ou em local determinado pela SMOI.
- f) Arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes à entrega e qualidade dos materiais objeto desta licitação;
- g) Entregar os produtos em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade ou quaisquer danos visíveis. Caso seja constatado quaisquer alteração acima o contratante tem autonomia para devolução imediata do produto.
- h) Compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como, impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, fretes, etc.
- i) Apresentar preços que reflitam os de mercado no momento;
- j) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes da aquisição no que couber, tais como locação de imóvel, alimentação, acomodações, seguros, limpeza, vigilância, manutenção, etc., incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, inclusive seguro contra acidentes no trabalho, assim como ferramental e equipamentos de segurança.

3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1 – Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

3.2 – Fornecer todas as informações necessárias para que a contratada possa entregar o objeto dentro das especificações técnicas recomendadas;

3.3 – Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;



3.4 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, na forma convencionada neste Edital;

3.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos servidores designados como Fiscal do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento;

3.6 – Verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA antes de efetuar o pagamento.

3.7 – Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

4 – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado através de conta bancária, a ser informada pela CONTRATADA no momento da apresentação da nota fiscal eletrônica. O prazo para pagamento da referida nota será de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do produto, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

4.2 – A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal com a quantificação e especificação do produto, seu preço unitário e o preço total, e a apresentará à Secretaria que os emitiu para conferência de dados, então seguirá o trâmite para efetivação do pagamento.

4.3 – O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4 – Qualquer pagamento somente será efetuado à CONTRATADA após as conferências do Controle Interno, e ainda, se a CONTRATADA não tiver nenhuma pendência de débito junto à CONTRATANTE, inclusive multa.

4.5 – Fica vedada à CONTRATADA a cessão de créditos às Instituições Financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

4.6 – Juntamente com a Nota Fiscal, a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, com validade atualizada, conforme art 55, inc XIII da Lei 8.666/93 :

4.6.1 - Certidão de Regularidade com INSS - Certidão Unificada

4.6.2 - Certidão de Regularidade com FGTS

4.6.3 - Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

4.6.4 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual e a Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado;

4.6.5 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Licitante

4.6.6 - Prova da inexistência de débitos trabalhista mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI – 12.440/11, de 07 de janeiro de 2012 (Certidão emitida gratuitamente pelo site: [HTTP://www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br)).

5- RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta dos orçamentos do exercício de 2019.

CONTA	PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA
170	0600.1545200332.047	3390.30.00



171	0600.1545200332.047	3390.30.00
-----	---------------------	------------

6 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE (ART. 55, III)

6.1 – Os preços estabelecidos no presente Contrato são fixos e irredutíveis, salvo os casos previstos em Lei.

6.2 – Em caso de reajuste, o valor será corrigido pelo índice de inflação tomando como base IGPM.

7 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL:

7.1 – Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

7.2 – As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

7.3 – O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

7.3.1 – As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

- a) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por até 90 (noventa) dias;
- b) Falhar, fraudar, atrasar a entrega dos materiais, ficará impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;
- c) Apresentação de documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo, será impedido de licitar e contratar com o Município por, no mínimo 02 (dois) anos até 05 (cinco) anos.

7.4 – A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s):

III- Em caso de inexecução, total ou parcial, o(s) licitante(s) vencedor(es) poderá(ão) sofrer, sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, as seguintes penalidades:

- a) Pelo atraso na entrega dos materiais: multa de 2 % do valor total, sobre o valor total do presente contrato, por dia de atraso, a contar do momento em que os deveriam ter sido iniciado, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;



- b) pelo descumprimento de qualquer outra obrigação: multa de 5% do valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a 2 (dois) anos; e,
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- e) O atraso na entrega dos materiais por mais de 24 (vinte e quatro) horas, ensejará a rescisão contratual, sem prejuízo da multa cabível;

7.5 – As multas previstas nesta cláusula serão cumulativas com as demais penalidades e deverão ser recolhidas aos Cofres do Município no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente, segundo a Lei nº 6.830/80, com os encargos correspondentes;

7.6 – Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar os materiais, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital;

7.7 – Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

7.8 – Para as penalidades previstas nos subitens 7.1 ao 7.7 será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa;

7.9 – As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração;

7.10– Constituirão motivos para rescisão do contrato, independente da conclusão do seu prazo:

- a) Razões de interesse público
- b) Reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos;
- c) Falta grave a Juízo do Município;
- d) Falência ou insolvência;
- e) Inexecução total ou parcial do contrato;
- f) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que venha a prejudicar a execução do contrato;
- g) Mudanças na legislação em vigor sobre licitações, impossibilitando a execução do presente contrato;
- h) Descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- i) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do acordado entre as partes;



j) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o Município.

8 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O fornecedor registrado poderá ter o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

8.2 – O cancelamento de seu registro poderá ser:

8.2.1 – a pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

8.2.2 – por iniciativa da Prefeitura Municipal de Bom Jardim:

a) se o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

b) se o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) se o fornecedor deixar de retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela CPLC, sem justificativa aceitável;

8.2.3 – por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

8.3 – Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a CPLC fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

9 – DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A ata de registro de preços poderá ser revogada pela Administração:

9.1.1 – por decurso de prazo de vigência;

9.1.2 – quando não restarem fornecedores registrados;

9.1.3 – pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim, quando caracterizado o interesse público.

10 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII)

10.1 - O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2 – O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente o Edital caberão aos Seguintes fiscalizadores:

10.2.1 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura: LENINE DE SOUZA POUBEL – Chefe de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Mat. 10/3558 – SMOI

10.2.2 – O fiscalizador da respectiva Secretaria determinará o que for necessário para regularização de faltas ou eventuais problemas relacionados a aquisição, nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto;



10.2.3 – Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo Administrativo.

10.2.4 – As decisões que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Secretário, através dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

11 - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

12 - DURAÇÃO (ART. 55, IV E ART. 57)

O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, terminando no prazo de 12 meses.

13- DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO)

A contratante deverá providenciar no prazo de até 20 dias, contados da assinatura do presente Contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do Município.

14 – CASOS OMISSOS (ART. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

15 – FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, XX de XXXX de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

PREGOEIRO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

_____(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos Supervenientes e/ou Impeditivos, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal

Carimbo CNPJ

Observações:

- 1- Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.**
- 2- Esta declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes**



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

ANEXO V

CARTA DE CREDENCIAMENTO (modelo)

(local) , de de 2019.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
Praça Gov. Roberto Silveira nº 44 – 4º andar
Centro-Bom Jardim – RJ.

À Pregoeira

Pela presente, fica credenciado o SR. _____, portador da Célula de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____ e CPF nº _____, para representar a empresa _____

Inscrita no CNPJ sob o nº _____, na Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº _____, a ser realizada em _____

No endereço acima mencionado, às _____ horas, podendo, para tanto praticar todos os atos necessários, inclusive poderes para formular ofertas e lances de preços, prestar esclarecimentos, receber notificação, interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência de interpô-los, bem como assinar contratos e Atas.

Atenciosamente.

Assinatura do representante legal.

Carimbo do CNPJ.

OBS: A carta de credenciamento deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, com poderes para constituir mandatário.

Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa;

A Carta de Credenciamento NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

NOME DA EMPRESA: _____

Declaramos que esta empresa cumpre, rigorosamente, o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, onde é proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal.

NOME:
CART. DE IDENTIDADE:
CPF.:
CARGO NA EMPRESA:



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2019

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

_____(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____(endereço completo), vem por intermédio de seu representante legal o Sr. (a) _____

Portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____

DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____

(MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

(data)

(representante legal)



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (modelo)

Ref.: Pregão nº _____

(razão social da empresa), sediada _____ (endereço completo), inscrita no CNPJ nº _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial nº _____/_____ da Prefeitura Municipal de Bom Jardim.

Declaro, ademais, que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Local e data

(Assinatura do representante legal)

OBS: A declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

Esta Declaração NÃO deverá ser colocada dentro dos envelopes.



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2019

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Presencial nº, instaurado pelo Município de Bom Jardim/RJ, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público Municipal de Bom Jardim/RJ, bem como não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data

Assinatura do representante legal

carimbo CNPJ

Observações:

1 - Esta carta deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa.



RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 115/2019

PROCESSO: 2838/19

Razão Social: _____

CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Pessoa para contato: _____

E-mail: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada e seus respectivos anexos.

Bom Jardim/RJ, _____ de _____ de 2019.

assinatura

CARIMBO DE CNPJ

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicito a V.Sa. preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitações e Compras.

A não remessa do recibo exime a comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.